

A CONTRIBUIÇÃO DA ANTIGUIDADE NA CONSTRUÇÃO DA CATALUNHA MODERNA (1814-1936)

Jordi Cortadella Morral¹

Resumo

Através do interesse pela Antiguidade na Catalunha do século XIX e primeira metade do século XX, propomos abordar a evolução do patriotismo e a emergência do nacionalismo catalão. Para isso, analisaremos a percepção da Grécia e de Roma e o impacto da etnicidade nas sínteses historiográficas de V. Balaguer, A. de Bofarull e A. Aulestia i Pijoan. Todas estas contribuições precipitaram o pensamento de E. Prat de la Riba e do *Novecentismo*, movimento cultural que suscitou importantes reflexões sobre o classicismo na história e na cultura catalã por parte de arqueólogos (P. Bosch Gimpera) e historiadores da arquitetura (J. Puig i Cadafalch), bem como de medievalistas (F. Soldevila), jornalistas (A. Rovira i Virgili) e romanistas (G. M^a de Brocá). Como resultado deste processo, antes da eclosão da Guerra Civil, a Catalunha criou as suas próprias instituições acadêmicas e uma elite intelectual que confrontou os seus homólogos espanhóis e europeus.

Palavras-chave

Nacionalismo catalão; Novecentismo; Classicismo; Bosch Gimpera; Puig i Cadafalch; etnia.

¹ Professor Titular – Universidade Autônoma de Barcelona, Barcelona, Espanha. **Proyecto ANIHO: PID2020-113314GB-I00**. E-mail: jordi.cortadella@uab.cat

Resumen

A través del interés por la Antigüedad en la Cataluña del siglo XIX y primera mitad del XX, nos proponemos abordar la evolución del patriotismo y el surgimiento del nacionalismo catalán. Para ello, analizaremos la percepción de Grecia y Roma y el impacto de la etnicidad en las síntesis historiográficas de V. Balaguer, A. de Bofarull, y A. Aulestia i Pijoan. Todas estas contribuciones precipitaron en el pensamiento de E. Prat de la Riba y el *Noucentisme*, movimiento cultural que suscitó importantes reflexiones en torno al clasicismo en la historia y la cultura catalana por parte de arqueólogos (P. Bosch Gimpera) e historiadores de la arquitectura (J. Puig i Cadafalch), así como de medievalistas (F. Soldevila), periodistas (A. Rovira i Virgili) y romanistas (G. M^a de Brocá). Como resultado de este proceso, antes del estallido de la Guerra Civil, en Cataluña se habían creado instituciones académicas propias y una élite intelectual que se confrontaba con sus homólogos españoles y europeos.

Palabras clave

Nacionalismo catalán; Noucentisme; Clasicismo; Bosch Gimpera; Puig i Cadafalch; etnicidad.

1. História, valor e uso

Paul Valéry dizia que a história foi o produto mais perigoso que a química do intelecto produziu porque fazia sonhar, embriagava-os, dava-lhes falsas memórias, exagerava os seus costumes, mantinha as suas velhas feridas, atormentava-os no descanso, levava-os à ilusão de grandeza ou de perseguição, e tornou as nações amargas, orgulhosas, insuportáveis e vaidosas. Concluiu que a história justificava o que quiséssemos e não ensinava rigorosamente nada, porque continha tudo e dava exemplos de tudo (Valéry, 1931: 63-64).

Podemos compreender o pessimismo de Valéry, depois de ter vivido as lutas políticas e intelectuais da Terceira República Francesa, com o seu nacionalismo exacerbado, depois da derrota contra a Alemanha de Bismark, o seu “Afer Dreyfus”, a terrível experiência da Primeira Guerra Mundial e a crise econômica, social e política entre as guerras, mas não partilhamos dos seus pontos de vista.

Em um determinado momento da história, o triunfo político de uma consciência de grupo nunca é explicável sem fundamentos objetivos e, portanto, analisável historicamente. Especificamente, é evidente que o “fato catalão” existe como uma realidade etnolinguística duradoura e constitui a condição necessária da realidade política da atual Catalunha, embora não seja uma condição suficiente.

Compartilho com Pierre Vilar a ideia de que o “fato catalão” nasce de certas relações que existem entre um território, uma língua, um substrato cultural comum e toda uma série de grupos históricos mais amplos, tais como: 1) os pequenos estados feudais e repúblicas urbanas que se estabeleceram em torno do Mediterrâneo medieval; 2) os primeiros grandes estados territoriais modernos que lutaram pela sua constituição (Espanha e França); 3) a Europa da revolução industrial e do capitalismo (Vilar, 1992). O “fato catalão” insere-se assim em cada uma destas fases e em cada um destes grupos com diferentes graus de coesão, sem nunca se deixar absorver totalmente ou integrar passivamente nestas órbitas.

Não há dúvida de que na consciência histórica catalã contemporânea o período medieval ocupou o mesmo lugar que, em Castela, representou a sua “Idade de Ouro” ou que, na França, significa o seu “Século de Luís XIV” (Sabaté, 2015). Isto responde ao fato de que os antecedentes históricos do

nascimento da Catalunha, como comunidade política com pleno poder público e dotada de um sistema jurídico próprio, devem ser procurados no processo de independência do Império Carolíngio. Mas os condados catalães não surgem do nada. Foram construídos sobre um substrato cultural anterior, sobre uma Antiguidade que se manteve viva através dos seus monumentos, dos seus vestígios arqueológicos e de uma tradição historiográfica que preservou a memória daqueles tempos remotos. Como foi proposto, o estudo do substrato antigo e qual o papel que desempenhou na configuração da consciência coletiva da Catalunha moderna é o objetivo do nosso artigo, seguindo na esteira das reflexões que temos vindo a considerar há alguns anos (Cortadella, 2016).

2. A historiografia do novo estado burguês

A historiografia liberal espanhola incorporou a noção de povo e o conceito de progresso como objetivos da História. Embora não tenha sido a primeira do gênero, a obra de Modesto Lafuente (*Historia General de España*, 1850-1859) foi o protótipo da história que todo espanhol deveria conhecer. O tema de sua história não era mais a monarquia, mas a Nação. Lafuente estruturou o trabalho com base em dois parâmetros: a origem e evolução da nação espanhola e os fatores que aceleraram ou atrasaram o seu processo unificador. Aos três momentos-chave da história de Espanha (monarquia goda, Reis Católicos, Guerra da Independência) foi acrescentado o conceito de “caráter espanhol” que remontava aos tempos primitivos e que os invasores não teriam modificado porque alguns foram assimilados (romanos e godos) e outros expulsos (cartagineses e árabes). Os romanos teriam proporcionado a unidade cultural, e os visigodos a unidade religiosa e a soberania nacional. Esta visão da história da Espanha e do lugar ocupado pela história antiga foi a dominante, apesar das tentativas dos foralistas e federalistas de apresentar outras alternativas historiográficas (Pérez, 2003).

Diante do novo Estado burguês, as demais historiografias hispânicas reagiram de formas diferentes. Tal como a historiografia espanhola, também saíram golpeados pela crítica do século XVIII e pelo seu esforço para construir uma nova história purificada dos mitos e lendas anteriores, de acordo com as novas exigências de rigor histórico.

Na Catalunha, a resposta a Lafuente pelo foralismo tradicionalista veio da mão do carlista Víctor Gebhardt (*Historia general de España y de sus Indias*, vol. I, 1861), defensor da monarquia regional contra o Estado unificador. A resposta federalista a Lafuente partiu de Fernando Patxot (*Anales de España, desde sus orígenes hasta el tiempo presente*, 1857-1859), que traçou paralelos entre o "espírito tribal" ibérico e o ideal federalista contemporâneo. Segundo Patxot, a unidade espanhola (compreendida como Estado federal) veio da Ibéria primitiva, onde o sentimento nacional estava latente. Assim, Roma e os godos teriam sido tempos de cativo para a Espanha. A reconquista representaria, portanto, um regresso à verdadeira Península Ibérica e não um processo de recuperação da antiga unidade. Estamos, em suma, perante um novo conceito de Nação e da sua construção e constituição, diferente do centralismo jacobino (Vilallonga, 2011).

Esta reivindicação dos povos pré-romanos teve um dos seus primeiros representantes no liberal e fundador da Academia de Ciências de Barcelona, José Antoni Llobet y Vall-lloera (*De los pueblos que han invadido, conquistado o dominado Cataluña*, 1847), seguidor do Basco-Iberianismo (Domingo; Cubeles, 2011-2012). Os ibéricos (os atuais bascos, segundo ele) eram a suposta população indígena de toda a Península. As invasões posteriores teriam modificado e qualificado a homogeneidade primitiva de tal forma que a classe agrícola catalã pertenceria à raça celtibera e teria permanecido fora dos romanos, godos e francos.

Por sua vez, a obra do primeiro historiador geral da Catalunha do século XIX, Víctor Balaguer (*Historia de Cataluña y de la Corona de Aragón*, 1860), respondeu ao mesmo modelo federalista de Patxot. A história da Catalunha, para Balaguer, começou com os primeiros condes soberanos e, portanto, os tempos anteriores pertenciam à história universal (não à história da Espanha). Contudo, segundo ele, as tribos ibéricas já teriam manifestado o seu espírito de independência contra os cartagineses e romanos, e a reconquista teria significado a reconstituição das nacionalidades pré-romanas que Roma não teria conseguido sufocar. Pelo contrário, para Antonio Bofarull (*Historia crítica, civil y eclesiástica, de Cataluña*, 1876-1878), partidário da monarquia constitucional de Isabel II, confinado a uma erudição estrita, considerava que tudo o que não estava refletido nos documentos se tratava de calúnias e mentiras. Bofarull também considerava que a Catalunha nasceu na Idade Média mas, ao contrário dos anteriores, viu nos romanos os introdutores do espírito nacional entre os povos indígenas bárbaros e incivilizados. A invasão

árabe, mais do que o renascimento de antigas liberdades, teria significado para ele o desaparecimento definitivo das diferenças entre os povos indígenas. Antes dos árabes, todos seriam “homens da Espanha” unidos contra o invasor comum (Grau, 2004).

A historiografia catalã nas décadas finais do século XIX conheceu um notável desenvolvimento metodológico graças à influência de um contexto científico marcado pelo positivismo, que a distinguiu da historiografia anterior, mais descritiva e narrativa. Em relação ao estudo da Antiguidade, a manifestação mais clara desta mudança foi observada nos estudos sobre a vertente étnica. Seu desenvolvimento esteve diretamente relacionado aos avanços da biologia e às controvérsias entre franceses e alemães a respeito da supremacia racial dos celtas ou germânicos. Na Catalunha, Salvador Sanpere i Miquel (*Orígens i fonts de la nació catalana*, 1878) acreditava na existência de uma raça peninsular primitiva (ancestral dos atuais bascos) que teria se misturado aos diferentes invasores da península, formando os grupos étnicos das diversas nacionalidades, entre elas a catalã (mistura de indígenas e semitas). Por sua vez, Joan Maluquer i Viladot (*Aborígens catalans*, 1880) considerava que os primeiros habitantes da Catalunha eram de raça ariana e, portanto, falavam sânscrito. Quanto a José Pella y Forgas (*Història de l'Empordà*, 1883), baseava a origem da nação catalã na chegada dos fenícios, que teriam formado a confederação ibérica (do Ebro ao Ródano). Para ele, desde que os romanos acabaram com a autonomia do povo catalão e criaram uma centralização uniformitária, a história política da Catalunha foi uma repetição contínua da luta contra o centralismo. Em suma, foi a continuidade da origem étnica, e não a chegada ou influência de gregos ou romanos, que teria contribuído para a continuidade do caráter nacional e da unidade territorial catalã (Duplá; Cortadella, 2014: 268-273).

A transferência desta historiografia positivista para a história geral da Catalunha veio das mãos de Antonio Aulèstia y Pijoan (*Història de Catalunya*, 1887). Com base nos novos dados fornecidos pela ciência positivista e de acordo com os postulados políticos federalistas de Valentí Almirall, na sua visão histórica Aulestia defendia que a Catalunha tinha um espaço de ação particular, diferente do resto de Espanha. Aulestia acreditava, assim como Sanpere e Pella, em um substrato comum a toda a península, semelhante ao atual basco, sobre o qual atuavam diferentes influências externas, provocando a sua diversificação. Na Catalunha, segundo Aulestia, no substrato indígena, sentiam-se muitas influências asiáticas, ao contrário do resto da península,

onde predominava o elemento celta. Gregos e romanos teriam matizado o substrato étnico sem alterar o seu caráter. O contato com a civilização romana teria produzido, portanto, um amálgama entre o espírito da terra e as novas ideias e costumes que fortaleceram os catalães. A luta contra os árabes teria, por fim, dado ao povo catalão a mesma língua, religião, arte e ideal político (Cortadella, 2018: 59-65).

3. Classicismo na Catalunha, entre o *Modernismo* e o *Novecentismo*

Tradicionalmente, o classicismo na cultura catalã contemporânea está diretamente ligado ao movimento cultural desenvolvido nas primeiras décadas do século XX que adotou o nome *Novecentismo*. Tal ligação não é gratuita porque os próprios novecentistas acompanharam-se conscientemente com a estética clássica e fizeram da recuperação da tradição greco-latina uma das suas principais reivindicações contra os movimentos culturais que os precederam e especialmente o *Modernismo*. No entanto, modernistas e novecentistas concordaram com o propósito de modernizar a sociedade catalã, que consideravam ancorada no passado (Marfany, 1980: 11-60).

O *Modernismo* surgiu no final da década de 1880 como um confronto intelectual com o primeiro movimento histórico-literário de recuperação da identidade nacional catalã, a *Renaixença*. Não devemos esquecer que, em 1888, houve uma certa oficialização da *Renaixença*. Os Jogos Florais desse ano, símbolo da recuperação cultural do país, foram presididos pela Rainha Regente e Marcelino Menéndez Pelayo. A partir da década de noventa, os modernistas enfrentaram a imobilidade da Restauração e abalaram o conformismo da cultura oficial catalã da época. Neste aspecto, o movimento pode ser interpretado como a vertente catalã do Regeneracionismo espanhol. Para os membros do *Modernismo* regeneracionista, os intelectuais foram chamados a formular os princípios teóricos e criar os ingredientes emocionais da ideologia catalã. O *Modernismo* Regeneracionista correspondeu às primeiras etapas do desenvolvimento de uma ideologia nacionalista baseada na tradição federal. Queria ser o reencontro entre os intelectuais e a burguesia (o modelo a imitar era D'Annunzio e a sua ideia do intelectual como guia e profeta da comunidade). Foi, portanto, na sua concepção e no uso da Antiguidade, um antecedente direto do *Novecentismo* (Sunyer, 2015).

Seguindo as ideias de Josep Murgades, por Novecentismo entendo o fenômeno ideológico que, aproximadamente, entre 1906 e 1923, moldou as aspirações ideológicas dos núcleos mais ativos da burguesia catalã, agrupados em torno da Lliga Regionalista e dos seus dirigentes, com Enric Prat de la Riba na frente. O novecentismo poderia ser considerado encerrado quando a burguesia catalã aceitou a ditadura de Primo de Ribera (1923-1930) como o mal menor face à crescente agitação social. No entanto, a erosão do movimento foi ocorrendo gradativamente desde a morte de Prat de la Riba (1917) e a queda em desgraça de Eugeni d'Ors (1920) com uma importante ruptura em 1922, com a criação do Acció Catalana, partido fundamentalista da Liga (Murgades, 1976; Murgades, 2003).

O *Novecentismo* procurava libertar a Catalunha das ilusões românticas e estruturá-la de acordo com os modelos europeus. Um dos meios utilizados para o conseguir foi restabelecer os laços com a cultura greco-romana. A empreitada se concretizou como um grande projeto social. Eugeni d'Ors, na sua função de agitador cultural, foi responsável pela propaganda estrangeira. Escultores como Josep Clarà e pintores como Joan Llaveries, Joaquim Torres García e Joaquim Sunyer praticaram a definição de diretrizes estéticas. O helenista Lluís Segalà e seus colaboradores da Universidade de Barcelona ficaram encarregados da parte filológica, traduzindo os clássicos para o catalão a fim de revitalizar a literatura catalã.² Os novos quadros intelectuais foram formados nos *Estudis Universitaris Catalans* (1903) e com bolsas no exterior concedidas pela Junta para a expansão dos estudos. O órgão coordenador do trabalho institucional na área cultural foi o *Institut d'Estudis Catalans* (IEC), fundado em 1907. Com poucas exceções, o *Novecentismo* alcançou a coesão interna da comunidade científica e intelectual catalã. Através das suas instituições proporcionava recursos financeiros, meios materiais e, algo muito importante, reconhecimento internacional do trabalho realizado. Dessa forma, conseguiu formar novos quadros de liderança e contribuiu para a profissionalização dos historiadores nativos. A partir de 1923, com a ditadura de Primo de Ribera e o desmantelamento institucional

² Em *El renacimiento helénico en Cataluña* (1916-1917), Segalà apresentou a ideia segundo a qual a Grécia, a Itália e a Península Ibérica foram destinadas pela Providência a sintetizar, aumentar e difundir a cultura do Oriente. Segundo ele, a Grécia impôs proporção e bom gosto, Roma civilizou e unificou o mundo para a implementação do Cristianismo e a nossa Península foi a “salvadora de Cristo” contra o Islã, e a transmissora da cultura na América.

que ela provocou, o mecenato de Francisco Cambó tentou substituir parte deste trabalho institucional.

No ano seguinte à criação do IEC, o Conselho de Museus e Belas Artes, órgão composto pela Câmara Municipal e pelo Conselho Provincial de Barcelona, iniciou escavações sistemáticas do sítio greco-romano de Ampúrias (em catalão: Empúries) sob a direção do arquiteto Josep Puig e Cadafalch. Estes vestígios arqueológicos estavam destinados a alimentar o mito da Catalunha grega. Os exemplos a este respeito são abundantes e variados. Basta lembrar que um ano antes das escavações havia surgido uma revista cultural mensal intitulada *Empori*. Da mesma forma, a efígie de Artemis-Afrodite encontrada em Empúries apareceu na capa do *Almanac del noucentisme* (1911) editado por Eugeni d'Ors e, em 1922, quando Francesc Cambó concebeu a ideia de criar a fundação Bernat Metge para tradução dos clássicos greco-latinos para o catalão, escolheu como logotipo a efígie da estátua de Esculápio encontrada em Empúries. Na poesia, em 1919, Carles Riba publicou a sua primeira versão catalã da *Odissea* (obra na qual trabalhou toda a vida, com uma última edição, em versos catalães, em 1953) (Malé, 2003); e em um âmbito mais popular, o jornalista Manuel Brunet, no seu romance *El meravellós desembarcament dels grecs a Empúries* (1925), converteu os focenses em feirantes de aldeia e resumiu a relação entre os gregos e os indígenas nos amores entre os o jovem Mariner e a ousada Tamariu.

No centro de todo este movimento político-cultural estava a figura de Eugeni d'Ors. Foi ele quem articulou o *Novecentismo*, começando pela invenção do nome. Ors doutorou-se em direito com a tese *Genealogía ideal del Imperialismo: teoría del Estado-Héroe* (1905). Nela, defendia que existiam “povos-heróis” que tinham o direito de predominar sobre os outros e apresentava a política como uma missão espiritual destinada a colonizar os “incivis”. Uma de suas referências ideológicas foi o pensador escocês Thomas Carlyle. Nesses primeiros trabalhos foram notados alguns de seus temas mais discutidos, especialmente a ideia de Império e seus conceitos relacionados como: política missionária, paternalismo, despotismo esclarecido e o culto à personalidade (o herói). A partir de 1906, patrocinado por Prat de la Riba, Eugeni d'Ors iniciou a sua colaboração com *La Veu de Catalunya*, jornal editado pela Lliga Regionalista, onde, sob o pseudônimo Xenius, publicou uma coluna de opinião diária intitulada *Glosari*, que passou a exercer grande influência entre os jovens intelectuais da época. Cinco anos depois, em 1911, foi eleito secretário do IEC, iniciando assim o seu trabalho como organizador cultural

da Catalunha. Nesse mesmo ano publicou um conjunto de crônicas sob o título de *La Ben Plantada*. Sua protagonista era uma personagem feminina ideal, Teresa, chamada a se tornar a personificação do classicismo catalão. Em *Glosari*, Ors apresentou uma imagem do clássico como algo perene, uma constante histórica, sempre presente, mesmo que relegada ou ocultada. Para ele, o que não era clássico (ordem) era romântico (caos). Ors interpretou o clássico como uma realidade que se elevava acima de todas as épocas, até mesmo da era greco-romana. O classicismo orsiano foi acima de tudo uma atitude mental. Ele viu na era clássica e no classicismo o triunfo da razão sobre a irracionalidade e, em sua obra, uma luta constante para fazer triunfar a luz da razão, uma “heliomaquia” como gostava de chamar (Garriga, 1981).

Na sua carreira ascendente, Eugeni d'Ors atingiu o seu apogeu em 1917, com o cargo de diretor da Instrução Pública da Mancomunidad da Catalunha, mas ao mesmo tempo começou a sua queda em desgraça, pois, com a morte de Prat de la Riba nesse mesmo ano, o seu confronto progressivo com Puig i Cadafalch, sucessor de Prat à frente da Mancomunidad, levou-o a renunciar a todos os seus cargos e, por fim, a exilar-se em Madrid, de onde continuou o seu trabalho jornalístico e intelectual em espanhol. Como classicista, Ors apresentou sua versão de todas essas questões na forma de uma tragédia clássica. Assim, em 1920, publicou *El nou Prometeu encadenat*, obra em que recriou o tema imortalizado por Esquilo, assumindo o papel de Prometeu, injustamente condenado pela cólera de um colérico Puig i Cadafalch, transfigurado em Zeus (Terricabras, 2010).

Não devemos subestimar o enorme trabalho do *Novecentismo* como organizador das instituições culturais catalãs. No entanto, a mensagem classicista que transmitiu foi de caráter marcadamente conservador, um classicismo hipertrofiado, formal, acadêmico e pouco documentado. Por exemplo, Josep Farran Mayoral, um dos mais fervorosos acólitos de Eugeni d'Ors, afirmou que os antigos gregos eram a saúde das raças e que dez anos consecutivos de helenismo regenerariam os valores catalães na literatura, nos costumes e no pensamento. Para esse mesmo autor, classicismo, na religião, significava catolicismo; na filosofia, a escolástica; na ciência, não se deixar levar por hipóteses (ou seja, ideias evolutivas); e na política, ditadura espiritual dos mais preparados, dos competentes (Farràn, 1917).³

³ Farràn foi o tradutor do conhecido manual de Léon Homo, *Nueva Historia de Roma* (1943). Léon Homo e especialmente Jérôme Carcopino viram uma estreita relação entre a Roma

Em suma, os novecentistas partiram do princípio de que a modernidade deveria avançar a partir de uma tradição específica e, no caso da Catalunha, esta era o “Mediterranismo”, com a importante nuance de que a modernidade não eram as formas clássicas em si, mas o espírito que as criou (o espírito clássico definido como o gosto pela moderação em relação ao excesso). Com o classicismo pretendiam recuperar o que era eterno (isto é, clássico) na Catalunha, devolver à Catalunha o que deveria ser e sempre foi. Deste contexto clássico queriam extrair mitos e essências para construir a coesão cultural e social. O mundo clássico passou assim de designar um período histórico a significar um sistema político, filosófico, ético e estético baseado no equilíbrio, na ordem, na medida, na razão e na harmonia. Estes eram os lemas válidos tanto para a arte como para a política e a vida social em geral.

4. A arqueologia do *Novecentismo*

Até aqui o esforço de compreensão do classicismo novecentista limitou-se ao âmbito da ação institucional, da cultura literária e do pensamento em geral. O que proponho a seguir é um panorama do impacto que esta atitude classicista teve na historiografia e na arqueologia. Em que medida o classicismo, entendido como atitude mental, influenciou o campo de estudos da antiguidade catalã em geral e da investigação arqueológica em particular?

A consciência do patrimônio arqueológico por parte da sociedade catalã é uma constante ao longo do século XIX. Os vestígios da cidade greco-romana de Empúries, emblema mais eminente do interesse das novas instituições novecentistas pela arqueologia, foram objeto de diversas escavações e fortes polémicas seguidas de um estudo detalhado do historiador gerundense Joaquim Botet i Sisó (*Noticia histórica y arqueológica de la antigua ciudad Emporion*, 1879) (Aquilué; Monturiol, 2008). A epigrafia do local foi recolhida pelo jesuíta Fidel Fita, diretor da Real Academia de História, e por Ramon Font, e os diversos achados foram, em grande parte, para o Museu Arqueológico Provincial de Girona. Temos a prova da paixão que Empúries despertou entre os intelectuais pré-novecentismo no caso da escritora modernista Caterina Albert (Víctor Català), filha de ricos proprietários rurais de Empordà (Cortadella, 2009).

antiga e o colonialismo francês (Bernard, 2017).

Por outro lado, em Tarragona, a Sociedade Arqueológica Tarraconense, sob o impulso do incansável Bonaventura Hernández Sanahuja, realizou importantes trabalhos de recuperação, inventariação e estudo do património arqueológico que, no final do século XIX, foi sintetizado pelo arqueólogo político Emili Morera em suas obras *Tarragona Antiga i Moderna* (1894) e *Tarragona Cristiana* (vol. I, 1897; vol. II, 1898) (Ferrer; Dasca; Rovira, 1994). Os achados subsequentes foram coletados e estudados no Boletim Arqueológico, fundado pelo próprio Morera em 1901. Apesar da eminente presença romana em Tarragona, não faltaram estudiosos locais, como o médico-arqueólogo Agustí Maria Gibert (*Ciutats focenses del litoral cosetà*, 1900), que acreditavam ver a sombra dos gregos por trás de cada um dos vestígios do passado da cidade.

Quanto a Barcelona, os vestígios romanos que surgiram aleatoriamente como resultado dos confiscos e durante a remodelação do centro histórico foram depositados no Museu Arqueológico Provincial de Barcelona, e foram incluídos no catálogo de Antoni Elias de Molins (1888), membro do Corpo de Arquivistas, Bibliotecários e Antiquários (Barral, 1993). Anteriormente, em 1835, os vestígios do templo romano de Barcelona tinham sido objeto de um relatório, de mentalidade neoclássica, do arquiteto Antoni Cellers, mas, no último quartel do século, a autoridade em antiguidades romanas em Barcelona e arredores foi inquestionavelmente Fidel Fita (Abascal, 1998).⁴

Para finalizar este breve passeio pelos principais sítios da arqueologia clássica do século XIX na Catalunha, vale a pena mencionar o templo romano de Vic, descoberto em 1882 em um ambiente cultural favorável que gerou a criação do Museu Arqueológico Artístico Episcopal desta cidade (1889) e, ao seu lado, uma próspera arqueologia eclesiástica, cujo principal representante foi Josep Gudiol i Cunill (Fontbona, 2008; Lorés; Guardia, 2014).

Diante deste panorama, fica claro que o *Novecentismo* não atuou sobre uma paisagem desértica e que, em geral, não quebrou padrões nem representou

⁴ Dentre as inúmeras obras de Fidel Fita, muitas delas inéditas, vale destacar: As antigas muralhas de Barcelona (*Revista Histórica*, 1876); Barcelona Romana, seu primeiro período histórico (*Boletim da Real Academia de História*, 1903). A ideia apresentada por Fita, e reunida em 1882 pelo estudioso barcelonês Andreu Balaguer (Lo temple greco-romà dit d'Hércules en lo carrer del Paradís de Barcelona, *La Renaixensa*, 12, 1882), era reconstruir o templo romano e criar um "Museu Latino" como o do teatro romano de Arles ou o da Maison Carrée de Nîmes.

uma mudança nos projetos, preocupações e esperanças dos grupos mais ativos de historiadores e arqueólogos catalães. Pelo contrário, como em outros domínios, promoveu iniciativas já existentes, proporcionando-lhes o necessário apoio institucional e uma gestão profissional. No domínio da salvaguarda do património arqueológico, as iniciativas do IEC vieram substituir, ao longo do tempo, o trabalho desenvolvido por algumas personalidades eminentes e diversas entidades privadas, entre as quais se destacaram as associações de andarilhos.

Inicialmente, o IEC era composto por quatro seções: Literatura, História, Direito e Arqueologia, composta, esta última, pelo arquiteto Josep Puig i Cadafalch e pelo jovem e versátil ativista cultural Josep Pijoan (Balcells; Pujol, 2002). Pijoan parecia ser o escolhido para levar a cabo esta política cultural até cair em desgraça devido ao escândalo amoroso com Teresa Mestres, casada com o industrialista Jaume Baladia e a mulher que inspirou a obra *La Ben Plantada* de Eugeni d'Ors (Baladia, 2010), embora as razões do seu ostracismo não pareçam dever-se exclusivamente à esfera privada (Vilanou, 2004).

As referências à arqueologia clássica são relativamente abundantes nos primeiros oito volumes de *Anuari* do IEC (1907-1931). Como seria de esperar, a maior parte da informação corresponde às escavações de Empúries. Como já vimos, o interesse pelo local era latente desde os trabalhos de Botet e Sisó, embora as primeiras intervenções novecentistas tenham sido realizadas sob o patrocínio científico dos prestigiados estudiosos alemães Adolf Schulten e August Frieckenhaus. Dos estudiosos locais, além dos artigos e resenhas de Puig i Cadafalch, encontramos apenas os trabalhos de Ramon Casellas (*Anuari*, 1910-1911), crítico e historiador da arte, sobre as emblemáticas esculturas emporitanas, e de Manuel Cazorro y Emili Gandia (*Anuari*, 1909-1910; 1913-1914) sobre a cerâmica de Empúries e seu contexto arqueológico. Quanto à notícia arqueológica, ou seja, a comunicação de notícias arqueológicas que surgiram na Catalunha, começa a ter relevância apenas a partir do *Anuário* de 1911-1912, e adquire um papel forte com a criação do Serviço de Escavações, fundado em 1914, sob a direção de Pere Bosch Gimpera. A crescente importância das notícias arqueológicas acompanharia a consolidação do IEC como estruturador da arqueologia catalã. Contudo, com exceção do noticiário sobre Empúries, as restantes referências parecem dever-se mais ao acaso dos resultados do que a uma política consciente de recuperação e salvaguarda do património clássico. Somente a partir de 1927 se percebe uma clara intervenção da escola Bosch Gimpera nos trabalhos de

arqueologia clássica, com uma série de relatórios assinados por seu discípulo Josep de C. Serra Ràfols (Gracia; Cortadella, 2007; Cortadella, 2011; Gracia, 2018).

Em suma, e relativamente aos anos centrais da atividade do IEC, apenas as escavações de Empúries parecem responder a uma aplicação estrita no campo arqueológico dos ideais classicistas defendidos pelo *Novecentismo*, e em nenhum momento parece afetar diretamente os restantes sítios significativos da antiguidade greco-romana catalã. No período abrangido, as grandes obras de síntese da arqueologia clássica e da história antiga peninsular continuaram a ser obra de investigadores estrangeiros. Em primeiro lugar, os alemães, com a grande compilação epigráfica de Emil Hübner e as contribuições de August Frieckenhaus e Adolf Schulten. Entre os franceses, destacam-se as obras da *École des Hautes Études Hispaniques* (Burdeos) e de seu principal representante na Espanha, Eugène Albertini, com seus estudos sobre epigrafia e escultura, e sua obra fundamental, *Les divisions administratives de l'Espagne romaine* (1923). Quanto aos anglo-saxões, as suas contribuições são posteriores e, na área catalã, só conheço o estudo de Ian A. Richmond sobre as muralhas romanas de Barcelona (Richmond, 1931) e o trabalho do americano R. Carpenter, *The Greeks in Spain* (1925), que, sem dúvida, influenciou os helenistas catalães, especialmente Ll. Nicolás de Olwer (Miralles, 2003).

É claro que o IEC não ficou alheio à atividade destes investigadores estrangeiros. Em geral, suas obras foram resenhadas em seu *Anuari* e algumas delas foram publicadas na íntegra (Frieckenhaus, Albertini, Schramm, Philadelphus). Precisamente, uma das premissas da criação do Instituto foi a internacionalização da ciência catalã. No entanto, a colaboração do Instituto nas iniciativas da União Acadêmica Internacional só começou em 1923 e, em grande medida, como resposta à repressão cultural imposta pela ditadura de Primo de Ribera.

Em geral, o trabalho realizado no domínio do mundo antigo foi louvável, mas de resultados limitados. Na própria Empúries, os estudos de em numismática grega publicados por Pujol e Camps (*Estudio de las monedas de Emporias y Rhode con sus imitaciones*, 1876) só continuaram na década de 1930 com as obras de Josep Amorós (*Les dracmes emporitanes*, 1933) e na consolidação do Gabinete Numismático da Catalunha (Prevosti, 2013). No que diz respeito à epigrafia de Empúries, a primeira obra global é posterior à Guerra Civil e foi obra de Martín Almagro Basch (*Las inscripciones amporitanas griegas, ibéricas y latinas*,

1952). Em Tarragona, o panorama não era muito melhor. Nas primeiras décadas do século XX, o Museu Arqueológico Provincial de Tarragona parece estar em um estado lastimável. Tanto é que, em 1928 e 1929, os responsáveis pelo Museu queixaram-se de que a umidade derrubava um mosaico da parede e descolava as etiquetas das peças, impossibilitando a sua identificação. Só quando o Cardeal Vidal i Barraquer chamou Joan Serra i Vilaró para se encarregar das escavações da necrópole cristã primitiva é que a situação começou a mudar (VV.AA, 1994), e para as grandes sínteses teremos que esperar pelo trabalho dos alemães Theodor Hauschild (*Architectura romana de Tarragona*, 1983) e Geza Alföldi (*Die römischen Inschriften von Tarraco*, 1975). No que diz respeito a Barcelona, tudo o que se sabia sobre a cidade romana foi reunido por Francesc Carreras i Candi na sua obra *La ciutat de Barcelona* (1916). As primeiras intervenções arqueológicas sistemáticas começaram tardiamente, com a remodelação do Arquivo Histórico, graças à obra de Agustí Duran y Sanpere, (*Vestigios de la Barcelona romana en la Plaza del Rey*, 1944) e a criação do Museu Histórico de Barcelona (1943), embora as primeiras sínteses tenham sido obra de Antonio Balil (*Las murallas romanas de Barcelona*, 1961 e *Colonia Iulia Augusta Paterna Faventia Barcino*, 1964) e Sebastià Mariner (*Inscripciones romanas de Barcelona*, 1973).

Esta sucinta revisão dos principais estudos arqueológicos realizados no domínio da antiguidade clássica na Catalunha durante a primeira metade do século corrobora que, com exceção de Empúries, a maior parte das iniciativas não respondeu a um planeamento consistente com os postulados classicistas defendidos pelo *Novecentismo*. As razões que explicam esta contradição podem ser diversas: escassez de recursos materiais, falta de tempo e de pessoal qualificado etc. Sem descartar completamente estas ou outras razões, convém considerar o quadro historiográfico em que se inseriu a investigação arqueológica, ou seja, que importância foi dada à antiguidade clássica no nascimento e formação da Catalunha?

5. De Roma à Catalunha

Os dados reunidos nos parágrafos anteriores fornecem informações sobre o interesse pela arqueologia clássica na Catalunha, mas seria aconselhável ir mais longe e enquadrar esta produção arqueológica nas grandes sínteses publicadas no período estudado. A partir da revolução de 1868, a

historiografia catalã distanciou-se das abordagens românticas. O positivismo na Catalunha procurou converter as intuições românticas em fatos empiricamente comprovados. O objetivo era reconhecer os fatos positivos subjacentes à 'Nação' (território, raça, língua). Consequentemente, houve um importante desenvolvimento da arqueologia e da etnologia. Os estudos mais inovadores foram realizados no domínio da arqueologia pré-histórica, tema praticamente inexplorado no cenário peninsular. Contudo, a predominância de concepções a priori, aliada à escassez de fontes e às dificuldades metodológicas e técnicas, fizeram com que os resultados deste primeiro esforço positivista fossem fortemente questionados pela geração posterior (Pujol, 1996).

Nas obras sumárias do período, *a Història de Catalunya* (1887) de Antoni Aulèstia i Pijoan é especialmente interessante para o nosso tema. Como já comentamos no final da terceira seção, nela o autor defendeu a continuidade do espírito de independência catalão, desde Indíbil e Mandonio até à geração da reconquista, passando pelas revoltas de Bagaude contra os visigodos. Para Aulestia, foi a luta contra os árabes que unificou os catalães que, por outro lado, já tinham características étnicas próprias e um território delimitado. Os dados empíricos fornecidos em defesa destas opiniões provêm em grande parte dos estudos acima mencionados de Salvador Sanpere i Miquel (Pomés, 2020).

Uma década depois, a influência de Aulestia era perceptível no pensamento político de Enric Prat de la Riba. Prat considerava o fato nacional como resultado da natureza das coisas, independentemente da consciência e da vontade humana (Cortadella, 2018: 69-70). Na sua opinião, a história da Espanha foi mal interpretada. Dela se deduziu a existência de uma unidade política que unia as diferentes cidades peninsulares desde os tempos mais remotos. Pelo contrário, Prat defendia que a invasão árabe permitiu aos povos ou nacionalidades ibéricas manterem as suas inclinações naturais, congêntas, espontâneas, acima das quais tinham passado, sem destruí-las, os fenícios, gregos, cartagineses, romanos, visigodos, suevos, vândalos, alanos, árabes, sírios e berberes. A importância dada por Prat à durabilidade do elemento indígena não deve fazer esquecer que, para ele, Empúries exercia uma certa 'capitalidade' no mundo indígena e que os elementos impostos por Roma se adaptaram ao próprio caráter indígena (Prat, 1906: 93-95).

Entre os arqueólogos enquadrados no *Novecentismo*, ou seja, aqueles que partilhavam o mesmo programa de normalização da cultura catalã e o desejo de alcançar uma disciplina científica, a atitude perante a História Antiga seguiu basicamente os mesmos parâmetros desenvolvidos pelo positivismo do século XIX. Com o aumento dos contatos internacionais, os métodos melhoraram, ganhando rigor e precisão, e com a transição do diletantismo para a profissionalização garantiram a sua situação econômica. Mas, a nível histórico, o que ficou interessante sobretudo foi a determinação da origem étnica catalã (megalitismo, vaso campaniforme, os campos de urnas e, sobretudo, a cultura ibérica), e como esta origem étnica soube adaptar-se aos elementos transmitidos ou impostos de Empúries ou de Roma.

Vejamos o caso do eminente arquiteto e político Josep Puig i Cadafalch, conhecido como colaborador próximo de Prat de la Riba, membro fundador do IEC, historiador da arquitetura e diretor das escavações de Empúries desde 1908. Para explicar as mudanças nos estilos artísticos, ele gerou um modelo biológico-evolutivo no qual cada forma arquitetônica, assim como as espécies biológicas, era o resultado de uma adaptação ao meio ambiente. Por outro lado, a sua componente nacionalista fê-lo ver no românico a arte que mais fielmente refletia a alma da Catalunha. Daí o seu constante interesse pelo estudo da origem, desenvolvimento, periodização e evolução da arquitetura românica na Catalunha, que culminou na sua obra monumental: *L'arquitectura romànica a Catalunya* (1909-1918). Segundo Puig, para explicar a gênese do românico foi necessário estudar as contribuições das arquiteturas anteriores, desenvolvidas no mesmo local: a indígena, a grega e a romana. Neste aspecto, a conclusão de Puig foi clara: o românico só herdou de Roma a solidez estrutural. Considerava que Roma tinha sido uma formação política com pouca coerência interna, uma criação artificial, como qualquer unidade que justapõe diferentes povos, ou como todos os ideais administrativos uniformitários. Por isso, defendeu a opinião de que, com a invasão dos bárbaros, o Império se desintegrou e o estilo arquitetônico de Roma se transformou em algo mais rude e austero, sem dúvida, mas mais autêntico porque respondia ao modo de ser do povo antes dominado. Consequentemente, para Puig, a personalidade de uma arte nacional não era apreciada na arte romana da Catalunha. Era mais uma arte falsa e colonial. Mais do que nos elementos fornecidos por Roma, Puig insistiu nos limites da romanização. Em primeiro lugar, um limite territorial, uma vez que, segundo ele, as terras do interior dos Pirenéus teriam permanecido praticamente intocadas. Em segundo lugar, um limite na intensidade da romanização, uma

vez que, comparativamente, a Catalunha teria permanecido excepcionalmente rústica em comparação com a refinada vida romana da Gália Narbonense e da Bética. Precisamente, este caráter rústico se tornaria, para Puig, uma virtude, uma vez que o desaparecimento da administração romana teria significado a revitalização das formas populares e teria facilitado a entrada de novas formas que obedecessem a influências distantes. É significativo que, na reedição revista e ampliada da sua arquitetura românica, o primeiro volume (o único que publicou) tenha sido intitulado *L'arquitectura romana a Catalunya* (1934). Esta grande obra, digna de um estudo mais detalhado, continua a ser a única síntese sobre o assunto realizada até à data e, juntamente com as escavações de Empúries, pode ser considerada a maior contribuição do Novecentismo para a arqueologia clássica. No entanto, é evidente a intenção do autor de separar a arquitetura romana da arte românica posterior, para deixar claro que se trata de fenômenos sem linha direta de continuidade. A sua mudança de atitude deveu-se, sem dúvida, ao progresso da investigação, mas também a uma nova concepção elitista da evolução histórica. Nas suas últimas obras (*La geografia i els orígens del primer art romànic*, Barcelona: 1930; e *Lleis històriques de la vida dels estils arquitectònics*, 1935), a arte românica já não era o resultado de uma evolução interna linear, mas nascida em pontos isolados onde foram criadas grandes obras, fruto de brilhantes concepções individuais. A partir daí, expandiu-se pelas grandes vias de transmissão de ideias artísticas para posteriormente se popularizar em todas as direções. Ou seja, a nova arte nasceu das elites para finalmente chegar ao povo, que a acolheu e reproduziu mecanicamente (Grau, 2003; Riu, 2018). No entanto, é revelador que esta teoria da captura das massas populares pelas minorias criativas surja em um momento de crise do modelo político, social e cultural gerado pelo *Novecentismo*.

Entre as histórias gerais da Catalunha publicadas neste período encontramos abordagens semelhantes. Por um lado, a influência espiritual grega é mais valorizada do que a presença no terreno do elemento helênico. Assim o expressou claramente Antoni Rovira i Virgili na sua *Història nacional de Catalunya*:

Un temps hi hagué, no gaire llunyà, en què per tot arreu es creia trobar antics establiments grecs. Nombroses ciutats ibèriques del litoral català eren convertides en colònies gregues. Fou allò una il·lusòria hel·lenització excessiva de Catalunya. De les suposicions i hipòtesis i de les afirmacions temeràries no queda avui gairebé cosa.

Predomina el parer que el nombre de les factories gregues va ser reduït, tot i ser molt àmplia la seva influència cultural i comercial (Rovira, 1922a: 597-598).⁵

Estamos muito longe dos excessos filelênicos típicos das últimas décadas do século XIX de autores como Agustí Maria Gibert. Os dados fornecidos pela arqueologia restringiram enormemente a extensão física da presença grega, mas em troca forneceram novos argumentos, baseados em estudos cerâmicos, em relação à influência “espiritual” grega no mundo indígena, na medida em que as cerâmicas gregas (ou de inspiração grega) foram amplamente distribuídas pelos sítios ibéricos do país.

Quanto a Roma, as suas contribuições foram valorizadas com nuances. Rovira i Virgili foi um dos que mais apreciou o peso decisivo da conquista romana para o futuro desenvolvimento institucional da Catalunha, a tal ponto que, na sua opinião, os ibéricos não tinham sentimento de patriotismo, nem sentimento nacional. Tinham apenas o instinto de independência, a agressividade belicosa e a aversão a estrangeiros. Deste ponto de vista, a maior glória do povo romano teria sido a elaboração de doutrinas e fórmulas jurídicas, das quais Roma teria deixado uma forte marca na Catalunha, na medida em que as instituições catalãs seriam filhas do direito romano (Rovira, 1922b: 39, 144).

Mais tarde, Ferran Soldevila, na sua *Història de Catalunya* (1934-1935), escrita a pedido de Francesc Cambó para sintetizar os episódios mais notáveis da história do país, fez um balanço positivo da romanização na criação da Catalunha, na medida em que, com a dominação romana, surgiria pela primeira vez uma entidade que, segundo Soldevila, ligaria e moldaria a Catalunha, embora ainda não com o seu nome (Soldevila, 1938: 13-17). Argumentou também que o culto ao imperador divinizado deu origem à reunião de assembleias ou conselhos provinciais (*conventus tarraconensis*), com a presença de delegados de todas as comunidades rurais e urbanas. Acrescentou que as funções inicialmente religiosas destas assembleias teriam se expandido e que, uma vez que o cristianismo suplantou a religião pagã, os

⁵ “Houve um tempo, não muito tempo atrás, em que você pensava que poderia encontrar estabelecimentos gregos antigos em todos os lugares. Numerosas cidades ibéricas na costa catalã foram convertidas em colônias gregas. Esta foi uma helenização excessiva e ilusória da Catalunha. Hoje quase não resta nada de suposições, hipóteses e afirmações imprudentes. Prevalece a opinião de que o número de feitorias gregas era pequeno, embora a sua influência cultural e comercial fosse muito ampla” [trad. do autor].

conselhos perderam todo o caráter religioso e tornaram-se corporações de administração pública. Ou seja, Soldevila interpretava estes conselhos provinciais como se fossem tribunais protetores e, portanto, parecia ver no *conventus tarraconensis* um embrião institucional da futura Catalunha. Da mesma forma, observou que, dentro do território catalão, Roma reconheceu as regiões e estabeleceu os *populi*, preparando assim o surgimento dos condados medievais. Portanto, juntamente com o suposto precedente territorial, a influência de Roma teria sido sentida nos aspectos étnicos, linguísticos, jurídicos e eclesiásticos da Catalunha (Cortadella; Masat, 2017: 61).

O surpreendente é que, com estas abordagens, não tenham sido esbanjados mais estudos sobre a história romana, tendo em conta que entre os fundadores do IEC estava o historiador jurídico Gillem M^a de Brocà, que tinha uma boa base em estudos romanos (Mas Solench, 2006). Brocà foi o autor da fundamental *Historia del derecho de Cataluña, especialmente del Civil* (1918). Nesta obra, destacou a importância do direito romano na época em que se configuraram as instituições civis catalãs, mas alertou que não havia vestígios de direito romano no período entre a invasão árabe e o conde Ramón Berenguer I (1035). Brocà sabe perfeitamente que, na Catalunha, o direito romano foi introduzido no século XIII, fruto de um movimento erudito, constituído pelo alto clero, dos centros de Montpellier e Bolonha. Nos capítulos iniciais de sua obra, Brocà trata das divisões territoriais e da organização provincial romana, do regime municipal, da enfiteuse, da colônia e da servidão *anexa* (antecedente da servidão da gleba catalã). Como fontes para o estudo da época romana, a *Historia de Roma* (vol. V) e o direito público romano de Theodor Mommsen; o CIL. II, de E. Hübner; as obras jurídicas de M. Rodríguez de Berlanga; e ainda cita Mikhaïl Rostóvtsev, *Studien zur Geschichte des römischen kolonates*, (1910), o que demonstra que tem perfeito conhecimento do assunto. Na mesma época, arqueólogos profissionais, emergindo da nova cátedra ocupada por Bosch Gimpera, dedicaram-se principalmente ao estudo da base étnica catalã.

6. Catalunha e o espírito clássico

Para o *Novecentismo*, a cultura clássica não era algo que tivesse chegado historicamente à Catalunha e permanecido por um certo tempo até

desaparecer. Pelo contrário, os novecentistas acreditavam na existência de um contato espiritual constante entre a cultura catalã e o classicismo que só havia sido quebrado nos últimos séculos e precisava ser recuperado. Mas há um ponto de desencanto no classicismo novecentista, quando observam que, historicamente, o elemento indígena parece ter sido refratário ao movimento de alta cultura inspirado no classicismo. Em nossa opinião, isto foi afirmado pelo arqueólogo e político Pere Bosch Gimpera. Em todo o seu trabalho científico, Bosch demonstrou especial interesse pela realidade indígena pré-romana. Isto é visto em suas principais obras de síntese: *Prehistòria catalana* (1919), *Etnologia de la Península Ibèrica* (1932) e *El poblamiento antiguo y la formación de los pueblos de España* (1944). Do estudo dos povos pré-romanos extraiu sua teoria da base indígena e das superestruturas políticas, segundo a qual o processo da História da Espanha foi o jogo e a ação mútua da Espanha indígena, racial, primitiva e da superestrutura. Especificamente, para Bosch, a romanização teria provocado uma profunda transformação no modo de ser do povo hispânico, de tal forma que Roma teria absorvido os elementos privilegiados da sociedade para distanciá-los de forma sensível e progressiva da massa popular e integrá-los na casta dominante. Bosch especificou que, em algumas ocasiões, este fato foi frutífero no enriquecimento dos valores culturais indígenas. Contudo, em certos casos, gerou conflitos e perturbações trágicas no processo de ascensão histórica.

A mudança de atitude de Puig i Cadafalch em relação ao protagonismo do artista (a elite) na formação de novos estilos artísticos ou aos perigos da desnaturalização da base indígena, apontados por Bosch, poderia ter sido resultado do desencanto com o fracasso do “espírito clássico” e do modelo social de harmonia que dele se pretendia derivar.

Voltando às ideias de Pierre Vilar, a realidade do “fato catalão” tem fundamentos objetivos e, portanto, pode ser analisada historicamente. Não há dúvida de que parte do seu substrato cultural provém, de fato, da Antiguidade. Essa complexa e variada realidade étnica deve ter sido profundamente transformada após o contato com fenícios e gregos, e sob prolongado domínio romano, antes de ser inserida nos três grandes grupos históricos indicados no início (medieval, moderno e contemporâneo), que deram ao “fato catalão” a sua forma atual, que não é unívoca nem definitiva e, claro, não independente da vontade dos seus membros. Esta “vontade de ser” pode expressar-se de muitas maneiras e assumir diferentes formas, entre as quais está a própria historiografia, que é, ao mesmo tempo, um instrumento

de análise da realidade, como afirmou P. Vilar, e o produto mais perigoso que a química do intelecto gerou, como lamentou P. Valéry.

Referências bibliográficas

ABASCAL PALAZÓN, Juan Manuel. *Fidel Fita (1835-1918): su legado documental en la Real Academia de la Historia*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1998.

AQUILUÉ, Xavier; MONTURIOL, Joaquim (dirs.). *100 anys d' excavacions arqueològiques a Empúries (1908-2008)*. Girona: Museu Arqueològic de Catalunya, 2008.

BALADIA MESTRE, Xavier. *Antes de que el tiempo lo borre: Recuerdos de los años de esplendor y bohemia de la burguesía catalana*. Barcelona: Juventud, 2003: 130-136.

BALCELLS, Albert; PUJOL, Enric. *Història de l'Institut d'Estudis Catalans (vol 1, 1907-1942)*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2002.

BARRAL ALTET, Xavier. Recuperar el passat, instruir els 'antiquaris' i codificar l'arqueologia: el catàleg del Museu d'Antiguitats de Barcelona (1888). *Estudis Universitaris Catalans (Homenatge a Miquel Tarradell)*. Barcelona: Curial, 29, 1993: 63-80.

BERNARD, Gwladys. Roma aeterna: l'Antiquité romaine et l'extrême-droite française. *Cahiers d'Histoire. Revue d'histoire critique*. Paris: Association Paul Langevin, 135, 2017: 147-166

CORTADELLA MORRAL, Jordi. L'Empúries imaginada: músics, erudits i lletraferits. *Faentia*. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, 31 (1-2), 2009: 253-262.

CORTADELLA MORRAL, Jordi. Pere Bosch Gimpera: el més jove, vital i escandalós de la "colla de l'Ateneu". *Butlletí de la Societat Catalana d'Estudis Històrics*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 22, 2011: 201-234.

CORTADELLA MORRAL, Jordi. Història antiga i classicisme a Catalunya. dels orígens a la Segona República. *Afers: fulls de recerca i pensament*. Catarroja: Editorial Afers, 31 (85), 2016: 665-695.

CORTADELLA MORRAL, Jordi. Entre Ilerda y Emporion: etnicidad y clasicismo en las raíces del nacionalismo catalán. En: DUPLÁ, Antonio; DELL'ELICINE, Eleonora; PÉREZ Jonatan (eds.). *Antigüedad clásica y naciones modernas en el Viejo y el Nuevo Mundo*. Madrid: Polifemo, 2018: 55-73.

CORTADELLA, Jordi; MASAT, Albert. Augusto e historiografías periféricas: estudio de la figura de Augusto en la historiografía catalana. *Revista de historiografía*. Madrid: Universidad Carlos III, 27, 2017: 49-62.

DOMINGO, Marc; CUBELES, Albert. El projecte historiogràfic de Josep Antoni Llobet i Vall-llosera. La transició de la Il·lustració al Romanticisme en el si de l'Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona. *Butlletí de la Reial Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona*. Barcelona: Reial Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona, 53, 2011-2012: 181-214.

DUPLÁ, Antonio; CORTADELLA, Jordi. Nota sobre Antigüedad, nacionalismo(s) e historiografía: dos estudios de caso en las Historiografías vasca y catalana. *Veleia: Revista de prehistoria, historia antigua, arqueología y filología clásicas*. Vitoria: Universidad del País Vasco, 31, 2014: 261-276.

FARRÀN MAYORAL, Josep. Les idees. *La Revista: quaderns de publicació quinzenal*. Barcelona: La revista, 30, enero 1917: 15-18.

FERRER, Maria Antònia; DASCA, Andreu; ROVIRA, Jordi. *CL anys de la Reial Societat Arqueològica Tarraconense. Una aproximació a la seva història (1844-1994)*. Tarragona: Reial Societat Arqueològica Tarraconense, 1994.

FONTBONA DE VALLESCAR, Francesc. Context historicoartístic de la descoberta del temple romà de Vic. *Ausa*. Vic: Patronat d'Estudis Osonencs 23 (162), 2008: 455-470.

GARRIGA SANS, Carles. *La restauració clàssica d'Eugeni d'Ors*. Barcelona: Curial, 1981.

GRACIA ALONSO. Francisco. *La construcción de una identidad nacional: Arqueología, patrimonio y nacionalismo en Cataluña (1850-1939)*. Barcelona: Edicions de la Universitat de Barcelona, 2018.

***Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.9, n.1, 2024.1. p. 52-77
DOI: 10.34024/herodoto.2024.v9.20063**

GRACIA, Francesc y CORTADELLA, Jordi. La institucionalización de la arqueología en Cataluña: el Servei d'Investigacions Arqueològiques del Institut d'Estudis catalans. *Spal-Monografías*. Sevilla, Universidad de Sevilla, 10, 2007: 257-321.

GRAU FERNÁNDEZ, Ramon. El positivisme historiogràfic de Puig i Cadafalch i l'arquitectura catalana. En: BALCELLS, Albert (ed.). *Puig i Cadafalch i la Catalunya contemporània*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2003: 97-107.

GRAU FERNÁNDEZ, Ramon. La historiografia del romanticisme (de Pròser de Bofarull a Víctor Balaguer). En: BALCELLS, Albert (coord.). *Història de la historiografia catalana*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2004: 141-159.

LORÉS, Immaculada; GUARDIA, Milagros. Les recerques i les publicacions de Josep Gudiol i Cunill en el context científic i cultural català. *Quaderns del Museu Episcopal de Vic*, 7, 2014: 51-65.

MALÉ PEGUEROLES, Jordi. L'humanisme ribià com a principi educatiu i de construcció nacional. En: CABRÉ, Rosa; JUFRESA, Montserrat; MALÉ, Jordi (coords.). *Polis i nació: política i literatura (1900-1939)*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2003: 143-163.

MARFANY GARCIA, Joan Lluís. *Aspectes del Modernisme*. Barcelona: Curial, 1980.

MAS SOLENCH, Josep Maria. L'advocat i la Història. *Revista de Dret Històric Català*. Barcelona: Societat Catalana d'Estudis Jurídics, 6, 2006: 47-61.

MIRALLES SOLÀ, Carles. "És per això, diria un feixista, que Atenes caigué sota el jou de Roma". Nicolau d'Olwer, Els clàssics i la construcció d'una ideologia nacional. En: CABRÉ, Rosa; JUFRESA, Montserrat; MALÉ, Jordi (coords.). *Polis i nació: política i literatura (1900-1939)*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2003: 87-113.

MURGADES BARCELÓ, Josep. Assaig de revisió del Noucentisme. *Els Marges: revista de llengua i literatura*. Barcelona: L'Avenç, 7, 1976: 35-53.

MURGADES BARCELÓ, Josep. Ús ideològic del concepte de "classicisme" durant el Noucentisme. En: CABRÉ, Rosa; JUFRESA, Montserrat; MALÉ,

Jordi (coords.). *Polis i nació: política i literatura (1900-1939)*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2003: 9-32.

PÉREZ GARZÓN, Juan Sisinio. *Modesto Lafuente, artífice de la historia de España*. Pamplona: Urgoiti, 2003.

POMÉS VIVES, Jordi. El savi Salvador Sanpere i Miquel (1840-1915): republicà, socialista, federal i catalanista benevolent. En: GABRIEL, Pere (coord.). *Republicans catalans del segle XIX: Espanya i nació a Catalunya*. Barcelona: Publicaciones de la Abadía de Montserrat, 2020: 51-106.

PRAT DE LA RIBA, Enric. *La nacionalitat catalana*. Barcelona: L'Anuari de la Exportació, 1906.

PREVOSTI MONCLÚS, Marta. Forma Conventus Tarraconensis I: Baetulo-Blanda. La primera carta arqueològica de la Península Ibèrica. *Butlletí de la Societat Catalana d'Estudis Històrics*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 24, 2013: 67-84.

PUJOL CASADEMONT, Enric. La historiografia a les primeres dècades del segle XX. En: GABRIEL, Pere (dir.). *Història de la cultura catalana*. Vol. 7, *El Noucentisme: 1906-1918*. Barcelona: Edicions 62, 1996: 81-104.

RICHMOND, Ian A. Five town-walls in Hispania Citerior. *The Journal of Roman Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 21, 1931: 86-100.

RIU-BARRERA, Eduard. El discurs acadèmic de J. Puig i Cadafalch de 1935 sobre Les lleis històriques de la vida dels estils arquitectònics. *Butlletí de la Reial Acadèmia Catalana de Belles Arts de Sant Jordi*. Barcelona: *Reial Acadèmia Catalana de Belles Arts de Sant Jordi*, 32, 2018: 120-136.

ROVIRA I VIRGILI, Antoni. *Història nacional de Catalunya*. Vol. 1. Barcelona: Edicions Pàtria, 1922a.

ROVIRA I VIRGILI, Antoni. *Història nacional de Catalunya*. Vol. 2. Barcelona: Edicions Pàtria, 1922b.

SABATÉ CURULL, Flocel. L'origen medieval de la identitat catalana. En: SABATÉ F. (coord.), *Anàlisi històrica de la identitat catalana*. Barcelona: IEC, 2015: 19-49.

SOLDEVILA ZUBIBURU, Ferran. *Història de Catalunya*. Vol. 1. Barcelona: Editorial Alpha, 1934 [la referencia de la 2a ed., Barcelona: Editorial Alpha, 1938].

SUNYER MOLNÉ, Magi. La Renaixença, una paradoxa en tres actes i un pròleg. *Butlletí de la Societat Catalana d'Estudis Històrics*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 26, 2015: 94-114.

TERRICABRAS NOGUERAS, Josep-Maria (ed.). *El pensament d'Eugeni d'Ors*. Barcelona: Documenta, 2010.

VALÉRY, Paul. *Regards sur le monde actuel*. Paris: Librairie Stok, 1931.

VILALLONGA, Borja. Compitiendo en españolidad. El nacionalismo español de la intelectualidad catalana del Ochocientos. *Alcores, revista de historia contemporània*. León: Fundación Fermín Carnero, 12, 2011: 75-95.

VILANOU TORRANO, Conrad. Reseña a Xavier Baladi. Antes de que el tiempo lo borre. *Educació i Història: Revista d'Història de l'Educació*. Barcelona: Institut d'Estudis catalans, 7, 2004: 425-428.

VILAR, Pierre. Introducción: el “hecho catalán”. En: NADAL, Joaquim; WOLFF, Philippe (dir.). *Historia de Cataluña*. Barcelona: Oikos-Tau, 1992: 7-36.

VV.AA. *Revelar el passat: homenatge a Joan Serra i Vilaró en el XXV aniversari de la seva mort*. Tarragona: Museu Nacional Arqueològic de Tarragona y Museu Diocesà i Comarcal de Solsona, 1994.